

## **Crônica - O Conflito no Oriente Médio: história com começo e nenhum fim**

Uma das ironias mais cortantes de Millôr Fernandes — humorista, escritor e olho clínico sobre as contradições humanas — foi observar que a violência global nos deu uma geografia prática: fronteiras desconhecidas viraram manchetes, mapas escolares se transformaram em mapas de sofrimento, e aprender a localizar um povo passou a ser também aprender onde alguém foi expulsado, massacrado ou esquecido.

Essa lição amarga serve de ponto de partida para pensar o que a história antiga nos diz — e o que ela não pode dizer — sobre as disputas que hoje consomem o Levante.

O recente ciclo de violência entre Hamas e Israel reacende símbolos bíblicos que a cultura popular, por exemplo o cinema, amarrou novamente às nossas imaginações. A história de Sansão e Dalila é menos um manual de geopolítica do que uma fábula de poder, desejo e traição: um guerreiro israelita consagrado — o nazireu — rendido por uma mulher filisteia, num conflito narrado em termos morais e míticos. As versões modernas reproduzem e teatralizam antigas hostilidades, mas transformam personagens históricos em arquétipos que ajudam a estruturar percepções contemporâneas, nem sempre com rigor histórico.

A Filisteia antiga ocupava a faixa costeira do sudoeste do Levante — a região que, no mapa contemporâneo, corresponde ao sul de Israel e à atual Faixa de Gaza. Suas cidades-estados centrais — Gaza, Ascalom (Ashkelon), Asdode (Ashdod), Ecrom (Ekron) e Gate (Gath) — eram núcleos urbanos ligados ao comércio marítimo e a uma cultura material que os arqueólogos hoje identificam como distintamente filisteia.

Esse dado geográfico é relevante para situar camadas da história, mas tem limite: localizar um sítio arqueológico não equivale a legitimar, por si só, reivindicações políticas modernas.

Argumentar que a presença filisteia antiga automaticamente dá origem a uma identidade nacional contemporânea equivale a confundir estratos arqueológicos com genealogias políticas. Se a legitimidade de um Estado pudesse ser determinada por um povo desaparecido,

seríamos obrigados a redesenhar continentes: devolver a Turquia aos gregos, tornar o Irã um território exclusivo dos zoroastrianos, ou reconstruir o Brasil como uma nação apenas tupi. A história mostra camadas: migrações, conquistas e misturas sucessivas — cananeus, israelitas, fenícios, assírios, babilônios, persas, gregos, romanos, árabes, turcos e europeus —, e em cada estrato houve deslocamento, fusão e transformação de identidades.

Hoje, os habitantes da Faixa de Gaza e do sul de Israel são majoritariamente palestinos árabes e cidadãos israelenses de diversas origens. Sua ligação com os filisteus é de natureza arqueológica e simbólica, não de continuidade étnica direta. A presença filisteia alimenta narrativas nas tradições religiosas e serve de material para memórias coletivas, literaturas e mitologias nacionais; mas transformá-la em prova determinante de direito territorial é um salto metodológico perigoso.

Referir-se ao passado antigo é útil: ele revela camadas culturais, rotas comerciais, assentamentos e rivalidades que moldaram o espaço. No entanto, usar povos antigos para legitimar reivindicações políticas modernas é historicamente insuficiente e politicamente problemático. A história oferece contexto, não sentença; fornece compreensão das raízes, não um mapa de herança exclusiva. Reconhecer isso não enfraquece as narrativas legítimas de memória e perda: simplesmente as coloca no lugar adequado do argumento público.

A geografia que aprendemos à custa da violência é uma lição adversa: conhecer um lugar implica também entender quem sofreu por ele e por quê. Saber que a Filisteia existiu nos ajuda a ler estratos do Levante, a compreender símbolos e a respeitar memórias. Mas esse saber deve servir para iluminar, não para encerrar debates com premissas anacrônicas. O desafio político e ético é traduzir memória em diálogo, e história em argumentos que reconheçam a complexidade dos povos que, hoje, vivem esses mesmos lugares.

**Getúlio Medeiros é filólogo, professor de línguas estrangeiras modernas e juazeirense de coração.**